




# A “Nova Política Externa Brasileira” e a busca por uma Paradiplomacia Anti-Negacionista

*The “New Brazilian Foreign Policy” and the pursuit of an Anti-Denialist Paradiplomacy*

Cairo Junqueira<sup>1</sup>   
Ian Filipe Costa Araújo<sup>2</sup>   
Jaqueline Victória Santana Silva<sup>3</sup> 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2022v7n1.61271]

Recebido em: 28/10/2021  
Aprovado em: 06/06/2022

**Resumo:** Governos subnacionais, como cidades e estados brasileiros, ocupam espaços e agem mais diretamente em atividades que antes competiam majoritariamente aos Estados. A eleição de Jair Bolsonaro modificou muitos aspectos governamentais, sendo que a política externa representa uma esfera de grande reviravolta. Partimos da hipótese de que o tom menos conciliador e progressivamente agressivo adicionado a uma agenda empregada à “Nova Política Externa Brasileira” entre 2019 e 2021 promoveram desequilíbrios federativos que se chocaram com interesses dos governos subnacionais. Consequentemente, os governos estaduais aumentaram suas projeções e diálogos internacionais, gerando novos contornos ao processo comumente denominado de paradiplomacia. Esse foi o caso dos estados nordestinos que, por meio do Consórcio Nordeste, promoveram ações internacionais de relativa contraposição ao governo federal. Valendo-se de revisão bibliográfica e prospecção de notícias na mídia, procuramos demonstrar que tais ações internacionais foram alternativas adotadas em oposição às orientações da política exterior do Governo Bolsonaro e da agenda diplomática de Ernesto Araújo. O debate proposto e os resultados encontrados servem para sustentar os estudos contemporâneos sobre atores subnacionais no Brasil, trazendo luz a um novo período de sua paradiplomacia por vezes enquadrada como uma prática de contestação, antagonismo ou confronto ao governo central, desvencilhando-se dos discursos negacionistas.

**Palavras-chave:** Paradiplomacia; Governos Estaduais; Consórcio Nordeste; Política Externa Brasileira; Governo Bolsonaro.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: [cairojunqueira@gmail.com](mailto:cairojunqueira@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: [ianfilipe02@gmail.com](mailto:ianfilipe02@gmail.com).

<sup>3</sup> Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: [jaquexox@gmail.com](mailto:jaquexox@gmail.com).

**Abstract:** Subnational governments, such as Brazilian cities and states, are occupying spaces and acting directly in activities that previously were states domains. Jair Bolsonaro’s election has changed many governmental aspects, and foreign policy represents a sphere of great turnaround. The article’s hypothesis is that the less conciliatory and progressively aggressive tone added to an agenda of the so-called "New Brazilian Foreign Policy" between 2019 and 2021 promoted federative imbalances that clashed with subnational governments’ interests. Consequently, states have increased their projections and international dialogues, generating new attributes to this process commonly called paradiplomacy. This was the case of northeastern states that, through the Northeast Consortium, promoted opposite international actions in relation to the central government. Based on bibliographic review and prospection of news media, this article aims to demonstrate that such international actions were alternatives adopted in opposition to the guidelines of Bolsonaro's foreign policy and Ernesto Araújo’s diplomatic agenda. The debate and the investigation support contemporary studies on subnational actors in Brazil, bringing light to a new phase of paradiplomacy often framed as a practice of contestation, antagonism, or confrontation to the central government, dismaying of denialist discourses.

**Keywords:** Paradiplomacy; States; Northeast Consortium; Brazilian Foreign Policy; Bolsonaro Government.

## **1. Introdução**

O avanço na atuação internacional dos entes federativos brasileiros evidencia a necessidade de se compreender melhor esse fenômeno. Ainda que nos anos 1990 e 2000 a internacionalização de cidades tenha se consolidado e tornado uma prática mais corriqueira, os estados da federação também têm chamado a atenção pelas suas incursões no âmbito externo. Nesse sentido, a literatura vem desenvolvendo abordagens para compreender até que ponto tais atividades influenciam os processos de tomada de decisão, incluindo a própria Política Externa Brasileira.

Essa mudança no foco dessa área advém em partes dos avanços apresentados nos estudos de Análise de Política Externa (APE) ao longo das últimas décadas. Conforme Ferreira (2020: 13) aponta em sua recente análise: “O Estado é complexo, demanda uma cuidadosa análise interpretativa e é composto por atores e processos que interagem vividamente para além de percepções estáticas da realidade.”. À política externa é necessário elucidar interesses, preferências, influências e níveis de análise que compreendem a ação internacional dos Estados, mas que também representam processos desenvolvidos internamente a eles.

Podemos entendê-la enquanto um conjunto de ações e decisões de determinado ator, não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos formuladas a partir de influência doméstica e/ou internacional (Pinheiro, 2004). Tradicionalmente já foi compreendida como “política de Estado” por agir em domínios sensíveis como integridade territorial e soberania estatais (Souza Filho, 2020). Entretanto, a política externa de um país deve representar a síntese de diversos interesses, muitas vezes contraditórios (Gonçalves & Teixeira, 2020). Esse caráter constitutivo da política externa faz com que ela seja suscetível a mudanças a depender dos governos de ocasião, estando atrelada a outras esferas governamentais e até mesmo à sociedade (Mercher & Pereira, 2018).

No Brasil, o que se percebe no Ministério das Relações Exteriores (MRE) é uma tradição histórica de relativa continuidade da política externa, algo que se remete à época do Barão do Rio Branco (Lima & Albuquerque, 2019). No entanto, a presidência de Jair Bolsonaro abandonou essa tradição. Em 2019, várias declarações polêmicas do Governo Federal – representado pelo próprio presidente ou pelo ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que permaneceu no cargo entre janeiro daquele ano e março de 2021 – foram marcantes e responsáveis pelo desgaste da imagem internacional brasileira. As ações diplomáticas implementadas por Ernesto Araújo pareceram seguir o que Lima e Albuquerque (2019: 17) denominam de “estratégia do caos”. Os objetivos que passaram a ser perseguidos pela política externa foram o de manter a fidelidade e agitação do eleitorado do Presidente.

Essas mudanças citadas impactaram diversos setores e atores, dentre os quais enfatizamos os governos subnacionais brasileiros. Lideranças e gestores municipais e estaduais de signos político-partidários divergentes da matriz bolsonarista passaram a fazer oposição sistemática ao governo, o que não se mostra como novidade e sim como algo trivial da politics. Todavia, o estabelecimento de ações e atividades internacionais por parte dos entes federativos evidenciaram uma maneira de atingir determinados objetivos em um contexto de questionamento da efetividade da agenda de política externa proposta no Governo Bolsonaro (Gonçalves & Teixeira, 2020). Nesse rol evidenciamos um possível ponto de ruptura na paradiplomacia brasileira, a qual notadamente se mostrava complementar à política externa do país pelo menos desde a redemocratização.

Se a agenda de política externa iniciada durante o governo Bolsonaro rompeu suas bases tradicionais e históricas do país, tal mudança também significou uma guinada no

padrão cooperativo da paradiplomacia brasileira? O artigo procura demonstrar que as ações internacionais dos entes federativos brasileiros, sobretudo dos governos estaduais presentes no Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (CIDSNE), foram alternativas adotadas em oposição às orientações da política exterior do governo Bolsonaro, incluindo a conjuntura diplomática de Araújo. Partimos da hipótese de que o tom menos conciliador e progressivamente agressivo adicionado a uma agenda empregada à chamada “Nova Política Externa Brasileira” entre janeiro de 2019 e março de 2021 promoveram desequilíbrios federativos e desagradaram interesses dos governos subnacionais.

As investigações sustentam-se em revisão bibliográfica, incluindo aspectos conceituais da paradiplomacia e de política externa, bem como prospecção de notícias veiculadas em mídias digitais e jornais. Informações do site oficial do Consórcio Nordeste, posicionamentos públicos de Bolsonaro e discursos de Araújo também foram tomados como material de apoio e levados em consideração para a análise conjuntural da temática.

Além desta introdução, a primeira seção se dedica a apresentar o conceito e o desenvolvimento da paradiplomacia, suas definições e aplicações no Brasil, descrevendo brevemente sua relação com o consorciamento. Em seguida analisa-se a política externa do governo Bolsonaro e a diplomacia de Ernesto Araújo, apresentando fatos mais relevantes no universo temporal previamente delimitado (2019-2021). A terceira seção dedica-se à atuação do Consórcio Nordeste, tanto em termos do diálogo federativo quanto – e principalmente – das relações internacionais. Nas considerações finais argumentamos que o objeto de estudo aqui retratado abre margem para investigações futuras e representa uma alternativa à política externa do governo Bolsonaro abrindo margem a uma conjuntura brasileira da paradiplomacia de viés anti-negacionista.

## **2. A paradiplomacia e o Consórcio Nordeste**

As últimas décadas do século XX observaram a emergência de um fenômeno que relaciona aspectos políticos internos e externos: a internacionalização de governos subnacionais. Por conta de um processo de realocação nas relações de poder entre os Estados, os últimos dois séculos testemunharam uma relativização de suas soberanias. Isso está relacionado ao fato de que os governos centrais não mais portavam a capacidade de responder isoladamente às exigências do sistema internacional. Dessa forma, devido

ao Estado não conseguir mais ser o único provedor de bens e serviços essenciais às populações, houve espaço para o surgimento de um novo ordenamento que abstraía a linha divisória entre nacional e internacional para se compreender as relações entre os sujeitos e atores internacionais.

Entretanto, autores como Fronzaglia et al (2006) apontam que a atuação internacional de entes subnacionais é histórica. Ainda na Grécia Antiga, as cidades e as cidades-estados já se associavam econômica e comercialmente. O que se considera novo é, na verdade, a quantidade desses governos atuando no cenário internacional, bem como a qualidade e abrangência de suas atuações externas (Gomes Filho, 2011). Os esforços para a construção de um marco conceitual sobre a atuação internacional de entes subnacionais só ganharam espaço em meados da década de 1980, estimulados pela intensificação destas atividades (Prado, 2020). De todo modo, pode-se afirmar que as investigações científicas e acadêmicas sobre o fenômeno são recentes e cada vez mais crescentes, incluindo o Brasil.

Diferentemente da prática histórica defendida por Fronzaglia et al (2006), o conceito “paradiplomacia” só adquiriu notoriedade nos anos 1980 e 1990. Assim, no intuito de designar as ações externas dos governos subnacionais, Soldatos foi o primeiro acadêmico a cunhar a terminologia como uma abreviação do termo “diplomacia paralela” (Soldatos, 1990).

Segundo o autor, a paradiplomacia corresponde à pluralidade de vozes na política externa representada por unidades governamentais não centrais de um Estado, que apoiam, complementam, corrigem, duplicam ou desafiam a diplomacia central. Atualmente, tais unidades são comumente definidas como atores subnacionais, a exemplo de cidades, regiões, estados federados, províncias e departamentos. Posteriormente, esse termo também foi adotado e anexado aos trabalhos de Ivo Duchacek, reconhecendo a melhor compatibilidade desse conceito às atividades desenvolvidas pelos governos subnacionais de forma análoga à diplomacia tradicional (Prado, 2020).

Além de Soldatos (1990), uma série de autores também começou a trabalhar com o conceito em questão. Porém, a adoção dessa nova terminologia não se estabeleceu sem receber críticas. Para alguns autores, o termo, por ser a nomenclatura de “diplomacia paralela”, sugere a existência de conflito entre os níveis político nacional e subnacional, presumindo, implicitamente, a existência de interesses incompatíveis (Bueno, 2010).

Somente após o início da década de 1990 as pesquisas sobre paradiplomacia deixaram de se concentrar na academia norte-americana. Essa mudança de cenário só ocorreu devido ao fim da Guerra Fria e à aceleração dos processos de integração na Europa, incitando o desenvolvimento de novos polos de pesquisa nesse mesmo campo (Kuznetsov, 2015). Além dessa descentralização geográfica, a paradiplomacia angariou outras abordagens analíticas destinadas aos governos subnacionais, consolidando-os também enquanto participantes nos processos decisórios de política externa. Estudos sobre paradiplomacia direcionados às federações começaram a trabalhar com a ideia de democratização da política externa ao contemplar os diferentes interesses, níveis e atores presentes no interior do Estado (Oddone, 2016).

Essa conexão entre os ambientes internacional e interno proveram novos contornos para a inclusão da paradiplomacia nos debates sobre Análise de Política Externa (APE) em si, conforme mencionado na introdução. Aqui vale mencionar a investigação de Mercher e Pereira (2018: 200) que, embora projetada para estudo específico de um governo local – a cidade do Rio de Janeiro –, nos traz argumentos importantes para avaliar a internacionalização de governos estaduais. De modo geral e com os recentes processos de globalização e interdependência, os autores apontam as interconexões existentes entre a própria APE, a Análise de Políticas Públicas (APP) e a Análise de Paradiplomacia (APD).

O Brasil se inseriu nesse processo de dinamização dos estudos da área por ser um país latino-americano e por abranger um sistema político federativo. Entretanto, ações internacionais de governos estaduais brasileiros são identificadas desde a República Velha (1889-1930), o que faz do país, conforme aponta Ironildes Bueno (2010), um dos raros casos de intenso engajamento internacional de atores subnacionais ocorrido em um período anterior à globalização contemporânea.

Com o golpe militar de 1964, no entanto, estabeleceu-se um alto nível de centralização no governo brasileiro, impossibilitando qualquer tipo de engajamento internacional de governos subnacionais (Prado, 2020). Foi somente com a redemocratização nos anos 1980, a consequente descentralização política e estabilidade econômica iniciadas nos anos 1990 que a paradiplomacia brasileira voltou a se desenvolver (Tavares, 2014).

Esse quadro corrobora com a perspectiva teórica de Bueno (2010) acerca da paradiplomacia em países emergentes, conseguindo caracterizar o cenário brasileiro de

forma pertinente. Segundo o autor, a abordagem panorâmica da paradiplomacia das nações emergentes revela sete aspectos centrais, sendo três deles indispensáveis para o entendimento do seu desenvolvimento no Brasil: a dinâmica de democratização como fator impulsionador da paradiplomacia; o marcante papel das forças da globalização e da regionalização; e a prevalência da paradiplomacia econômica.

Além dos fatores apresentados acima, as diferenças sub-regionais também podem ser entendidas como aspectos imprescindíveis para a compreensão da paradiplomacia brasileira. O Norte do país, por exemplo, geralmente desenvolve atividades voltadas à integração entre as regiões amazônica e caribenha. Segundo Prado (2020), o envolvimento internacional de governos subnacionais, porém, é mais intenso e diversificado na região Sudeste, ocorrendo através de mecanismos de articulação como a promoção comercial, a cooperação técnica e o investimento e fortalecimento político das regiões através da participação em redes internacionais de cidades. Na região Sul, por sua vez, há busca pela intensificação das relações com países do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Tais iniciativas também exploram as alternativas comerciais que, atreladas às regiões Nordeste e Centro-Oeste visando a promoção do comércio exterior, já confirmam a preponderância da paradiplomacia econômica no país. Ainda sobre as cidades, seus processos de irmanamento transfronteiriços são mais expressivos exatamente na região do Arco Sul brasileiro, havendo maiores interlocuções com Uruguai, Paraguai e Argentina.

Não abrangendo laços fronteiriços pela posição geográfica, na região Nordeste a aproximação entre os governadores e a elaboração de políticas públicas comuns vêm sendo fortalecida nas duas últimas décadas principalmente no âmbito do Fórum de Governadores do Nordeste, iniciado em 2005 e mais voltado a aspectos administrativos e institucionais (Rossi & Silva, 2020). Inclusive tal iniciativa foi de extrema importância para a criação do Consórcio Nordeste no dia 14 de março de 2019, data em que foi assinada a Carta dos Governadores do Nordeste em São Luís do Maranhão.

O Consórcio Nordeste reúne os nove estados da região – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí – sob uma vasta plataforma de políticas públicas ligadas a questões como educação, saúde, segurança pública e desenvolvimento sustentável. Uma das finalidades básicas da iniciativa é aumentar a cooperação e a atração de investimentos estrangeiros para a região, além de realizar compras coletivas e baratear o custo de suas operações. A organização foi



definida como um “instrumento político e jurídico para o fortalecimento” da região, objetivando “melhorar a prestação de serviços públicos aos cidadãos e cidadãs” e fornecer “proteção e promoção dos direitos do povo do Nordeste” (Fórum de Governadores do Nordeste, 2019).

Além de chamar atenção pelo seu ineditismo, sendo o primeiro consórcio público do país composto somente por representantes estaduais (Clementino, 2019), algo que também se fez notar no Consórcio foi o perfil político dos governadores contrários à postura e às diretrizes políticas adotadas pelo Presidente da República. Tal discordância evidencia-se já na Carta dos Governadores do Nordeste, documento constitutivo do Consórcio, em que os nove governadores criticaram as mudanças no Estatuto do Desarmamento e a Reforma da Previdência proposta pelo Governo Federal (Fróes, Cardoso & Barbosa, 2019). Embora a instituição seja uma pessoa jurídica condicionada a administrar serviços públicos, conforme estabelecido pela Lei 11.107 de 2005 no Brasil, bem como seu foco seja estimular o desenvolvimento regional, sua atuação internacional em meio às tensões com o governo federal passou a ser progressivamente desenvolvida, algo que se tornaria ainda mais expressivo com a pandemia.

### **3. A “Nova Política Externa Brasileira” (2019-2021)**

A chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República representou uma mudança brusca nos rumos da Política Externa Brasileira. Embora a antiga chefia do Ministério das Relações Exteriores (MRE) tenha sido entregue a um diplomata de carreira, Ernesto Araújo, as posturas adotadas pelo ex-Ministro vinham sendo contrárias à linha histórica da atuação diplomática do Brasil, calcada como cooperativa, zelosa, universalista, pacifista e planejada para o desenvolvimento (Cervo, 2008).

A chamada “Nova Política Externa Brasileira” de Araújo foi marcada por pronunciamentos pouco amistosos, contrários ao multilateralismo, à agenda ambiental e baseada em “valores”, sendo a liberdade o mais recorrente. Em seu discurso de posse, Araújo afirmou que “não estamos aqui para trabalhar pela ordem global. Aqui é o Brasil. [...] A partir de hoje, o Itamaraty regressa ao seio do pátria amada” (Araújo, 2019). Encontra-se aí o anúncio do caráter anti-multilateral e supostamente mais nacionalista, conforme a própria plataforma de campanha do presidente Bolsonaro (2018).

Também no discurso de posse aparece um termo que se tornou lugar-comum nas falas de Araújo: o “globalismo”, tratando-se “[...] da globalização econômica capturada



pelo marxismo [...]” tendo nascido “[...] quando a globalização capitalista, ao esquecer o espírito, entregou-se inconscientemente ao comunismo em sua metástase pós-soviética [...] que sempre almejou ocupar o capitalismo por dentro em vez de enfrentá-lo de fora, e hoje está conseguindo [...] (Araújo, 2021a: 701).

O globalismo abarcaria uma série de correntes como “o climatismo (uso da questão climática como instrumento de controle econômico); o multilateralismo antinacional (distorção e manipulação do sistema multilateral composto pelos organismos internacionais); o abortismo e a ideologia de gênero” (Araújo, 2021a: 699-700). Embora a argumentação se configure como um amontoado de teorias conspiratórias, essa retórica se refletiu nos atos concretos da política externa do governo.

O aspecto mais evidente desse novo posicionamento foi o completo alinhamento aos EUA, mais notadamente a Donald Trump (2017-2020). O viés nacionalista do Presidente Bolsonaro e de Ernesto Araújo mostrou-se apenas um artifício retórico, visto que a relação com os EUA se mostrou como sendo de completa subserviência. Também é interessante observar que no plano de governo intitulado “O Caminho da Prosperidade” há uma seção denominada de “O Novo Itamaraty” enfatizando-se três aspectos: redirecionar eixos de parceria, estimular relações bilaterais e fomentar o comércio exterior. O país é mencionado ao lado de apenas outros dois: “Deixaremos de louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália. Não mais faremos acordos comerciais espúrios ou entregaremos o patrimônio do Povo brasileiro para ditadores internacionais.” (Bolsonaro, 2018: 79).

Embora as relações bilaterais tenham sido, em geral, desproporcionais, a postura do governo Bolsonaro foi a de ceder aos interesses estadunidenses, sem ao menos negociar contrapartidas significativas. Como exemplo tem-se o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre os dois países assinado em 2019, que concede a Base de Lançamentos Aeroespaciais de Alcântara (MA) para uso comercial dos estadunidenses, sem a necessidade de transferência de tecnologia (Vilela, 2021).

Como outro expoente da ausência de reciprocidade, Bolsonaro assinou decreto durante visita a Washington para encontrar Donald Trump isentando vistos de entrada no país para turistas estadunidenses, japoneses, canadenses e australianos, mesmo inexistindo expectativa de retribuição ao ato por parte do governo dos EUA (Mazui, 2019). O Brasil também aceitou renunciar ao tratamento especial de “país em desenvolvimento” na Organização Mundial do Comércio (OMC) em troca da promessa

de apoio do governo dos EUA à entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Conquanto tenham prometido publicamente, os EUA não endossaram a candidatura brasileira num primeiro momento (O Globo, 2019), somente confirmando o apoio em 15 de janeiro de 2020.

Embora a promessa da OCDE não tenha se concretizado, a intenção de Trump tornar o Brasil um aliado prioritário extra-Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi realizada oficialmente em 31 de setembro de 2019 (Agência Brasil, 2019). O feito foi tratado como uma vitória da política externa do governo e uma forma de demonstrar que o alinhamento estava trazendo resultados. Entretanto, Teixeira (2019) argumenta que se deve questionar o quanto o status de aliado extra-OTAN atende realmente às necessidades do Brasil para além de uma maior cooperação militar com os americanos, tendo em vista a possibilidade de entrada em conflitos que não são de interesse do país.

O completo alinhamento ficou evidente também com o voto brasileiro na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) de 2019 a favor do embargo econômico imposto pelos Estados Unidos à Cuba. Foi a primeira vez que o país votou favoravelmente ao embargo desde que a AGNU iniciou a votação em 1992, ou seja, a oposição ao embargo era uma postura histórica da política externa brasileira, independentemente das mudanças governamentais. Além dos próprios EUA, somente o Brasil e Israel votaram favoravelmente ao embargo à ilha (Schneider, 2019).

Além de Israel e Estados Unidos, Araújo também buscou tratar a Hungria e a Polônia como parceiros estratégicos do Brasil. Viktor Orbán e Andrzej Duda, seus respectivos líderes, são políticos de extrema-direita e que partilham das mesmas ideias de Araújo de combate ao “globalismo” (Desideri, 2020). A cooperação com Budapeste e Varsóvia buscava promover uma agenda ultraconservadora e religiosa nos fóruns multilaterais, como o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU). Como um exemplo, em 2019 o Brasil trabalhou para vetar o uso do termo “gênero” e uso de frases como “serviços de saúde sexual e reprodutivo” em resoluções do CDHNU (Chade, 2019), um reflexo evidente do discurso do ex-Chanceler de oposição àquilo que ele chama de “abortismo” e “ideologia de gênero”.

A postura do Brasil com relação à questão climática e ambiental, que o chanceler se referia como ideologia da mudança do clima ou “climatismo” (Araújo, 2020: 400), é um outro aspecto da Política Externa Brasileira que foi completamente modificada no

governo Bolsonaro. Para além dos discursos, como o que o ex-Chanceler disse não existir aquecimento global porque foi à Roma e estava frio (Correio Braziliense, 2019), ações concretas tomadas pelo governo comprometeram a reputação internacional brasileira no que diz respeito à preservação do meio ambiente.

Antes mesmo da posse de Bolsonaro, o Brasil retirou a candidatura para sediar a Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (COP-25) em 2019. À época, o governo alegou restrições orçamentárias e a transição de administração para desistir de sediar o evento (Agência Brasil, 2018), indicando qual era a visão da nova administração federal acerca discussões ambientais. Após a posse, o governo federal também cancelou a realização da Semana do Clima em Salvador, embora tenha voltado atrás logo em seguida.

No entanto, foi com as queimadas na Amazônia que o problema ambiental atingiu o seu auge na política externa do governo Bolsonaro. Embora todos os órgãos de monitoramento apontassem um aumento significativo das queimadas na floresta, Bolsonaro, Araújo e o então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, insistiram em negar os dados e iniciaram uma ofensiva contra o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão responsável por monitorar o desmatamento na Amazônia por meio de imagens de satélites (DW, 2019).

A postura negacionista do governo brasileiro diante das queimadas na Amazônia rendeu críticas de lideranças europeias, como Emmanuel Macron e Angela Merkel. O presidente francês levou o tema das queimadas como um tópico para discussão na reunião do G7 de 2019, contando com o apoio da chanceler alemã e dos primeiros-ministros do Reino Unido e Canadá (G1, 2019). Isso fez com que, após a assinatura inicial do Acordo entre o Mercosul e a União Europeia, colocado pelo próprio governo como uma grande conquista da política externa de Bolsonaro, a parceria inter-regional se estagnasse, não havendo previsão para sua ratificação completa porque isso depende do aval dos parlamentos nacionais – e alguns subnacionais – europeus.

As relações com a França ficaram bastante abaladas durante esse período com ofensas de Bolsonaro e Salles à primeira-dama francesa, além do episódio em que o Presidente brasileiro cancelou, abruptamente, uma reunião com o Ministro das Relações Exteriores da França, Jean-Yves Le Drian. O comportamento também levou à suspensão de mais de 200 milhões de reais de repasses da Noruega e Alemanha para o Fundo Amazônia, mecanismo que busca financiar ações de combate ao desmatamento na

Floresta Amazônica, o que ameaçou sua própria existência e a continuidade das ações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na região (Figueiredo, 2019).

O negacionismo do governo Bolsonaro e de Araújo não se resumiram às pautas ambientais. A pandemia de COVID-19 lançou o governo brasileiro em uma nova onda de desvarios e ataques insistentes ao principal parceiro comercial: a China. Antes mesmo do seu início, o presidente e outros membros do governo já hostilizavam o país, uma demonstração do alinhamento à política empreendida pelo governo Trump com relação aos chineses. Durante a campanha presidencial, Bolsonaro visitou Taiwan, o que foi visto pelo governo de Pequim como uma violação ao princípio de “Uma Só China” (Cobra, 2018), gerando uma insegurança até então inexistente (Vidigal, 2019).

Já em novembro de 2020, em texto publicado no seu blog pessoal, o Metapolítica 17, Ernesto Araújo disse que a pandemia abriu espaço para o que ele chama de “comunavírus”, um projeto “comunista-globalista de apropriação da pandemia para subverter completamente a democracia liberal e a economia de mercado” (Araújo, 2021a: 165). Para o ministro, “o vírus aparece, de fato, como uma imensa oportunidade para acelerar o projeto globalista”, além de que “[...] a pretexto da pandemia, o novo comunismo trata[va] de construir um mundo sem nações, sem liberdade, sem espírito [...]. Um estado de exceção global permanente, transformando o mundo num grande campo de concentração (Araújo, 2021a: 172).

O Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, à época Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, culpou a China pelo surgimento do vírus (Benites, 2020), atitude que foi seguida pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, que ridicularizou o modo com que alguns chineses falam o português, além de insinuar que a pandemia fazia parte de um plano chinês para controle mundial (G1, 2020). Os seguidos ataques de membros do governo brasileiro à China erodiram a relação entre os dois países, o que prejudicou a cooperação em ações de combate à pandemia, tal como o atraso nos envios de insumos para fabricação de vacinas anti-Covid no Brasil, embora os governos tenham negado a influência das questões políticas nesse evento.

A atuação internacional brasileira frente à pandemia também gerou atritos com outros parceiros importantes, como a Índia e a África do Sul. O Brasil se opôs à proposta indiana e sul-africana na OMC de suspender, temporariamente, as patentes de vacinas contra Covid-19 (DW, 2021b). Isso possivelmente influenciou a decisão indiana de

priorizar o envio de doses da vacina da AstraZeneca para outros países, fato que ficou simbolizado pelo envio de um avião para importar as doses da Índia antes do combinado com as autoridades de saúde nacionais (DW, 2021a).

Os rompimentos de Araújo na condução da política externa do país chegaram ao ponto de se ter cogitado não participar do consórcio internacional de compras de vacinas contra a COVID-19, o Covax Facility, pelo fato de ser liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Sua visão era de que a participação no consórcio fortaleceria o papel da organização, ainda que isso significasse privar o acesso do Brasil a vacinas (Amado, 2021).

A derrota de Trump nas eleições estadunidenses concretizou certo isolamento do Brasil no cenário global e estimulou o status de pária internacional ao país nas palavras do próprio Ernesto Araújo ao dizer o seguinte: “[...] é bom ser pária. E este pária aqui, este Brasil; esta política externa do povo brasileiro, esta política externa Severina, digamos assim, tem conseguido resultados” (Araújo, 2021a: 508). Apesar da insistência do ex-Ministro em dizer que sua condução da política externa levou a bons resultados, as pressões do Congresso Nacional e do próprio Itamaraty o levaram a pedir demissão do cargo em 29 de março. Em postagem realizada no dia 10 de abril de 2021 novamente em seu blog pessoal, Araújo (2021b: s/p) fez um balanço de gestão e disse que criou “[...] pontes com todo o mundo. Construí[iu] pontes com governantes, pensadores, empresários, formadores de opinião, funcionários, parlamentares, cientistas do Brasil e de dezenas de países, e também com jornalistas, quando sinceros e profissionais.” Se tais pontes foram criadas de fato, não correspondem às relações com a maioria dos governadores brasileiros.

#### **4. Paradiplomacia Anti-Negacionista vis-à-vis Política Externa Bolsonarista**

A Constituição de 1988 reconheceu que estados e municípios são entes federativos autônomos, mas no documento não há fundamentação legal e normativa acerca de suas projeções internacionais, uma vez que a Carta Magna é muito clara ao afirmar que a condução da política externa compete a órgãos centrais como a própria Presidência da República e o Congresso Nacional.

Todavia, a internacionalização de governos subnacionais brasileiros é um processo consolidado e historicamente estabelecido, a exemplo de casos clássicos de internacionalização de cidades como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Campinas, Belo Horizonte, Santo André e Maringá nos anos 1990 e 2000, fundadoras das primeiras

estruturas burocráticas voltadas ao aspecto internacional, até mesmo a participação de governos locais em determinadas redes de cidades, a exemplo das Mercocidades e do Projeto URB-AL.

Conquanto os casos citados acima remetam-se aos governos locais, essa realidade também compreende os governos estaduais. Segundo aponta Bueno (2010: 258), ao final da década de 2000, sua amostra selecionada assinalou que 17 estados brasileiros possuíam uma Secretaria ou Assessoria de Relações Internacionais. Em outro estudo mais recente, Fróio (2015) concluiu que a paradiplomacia empreendida pelos estados se diferenciava em torno do nível de desenvolvimento, da localização geográfica e do partido político à cargo da gestão governamental. Em suma, a década de 2010 já demonstrava empiricamente uma forte inserção internacional de governos estaduais, a qual foi progressivamente mérito de análises acadêmicas. Embora os consórcios públicos tenham suas ações voltadas ao desenvolvimento interno e às políticas públicas, eles também abriram um novo caminho possível para a internacionalização subnacional, fazendo com que estados e municípios encontrassem nas relações internacionais um meio para alcançar seus resultados e objetivos.

Assim, o Consórcio Nordeste é aqui pontuado enquanto alternativa possível para a coordenação de ações dos entes consorciados no estímulo à paradiplomacia de viés anti-negacionista, estabelecida em detrimento dos posicionamentos e da “Nova Política Externa Brasileira”. Na visão de Clementino (2019), por exemplo, um dos fatores em que se ancora a aposta no êxito do Consórcio Nordeste é a crise econômica e política no país, que força saídas conjuntas de gestão governamental pelas suas lideranças políticas.

Em contraposição aos posicionamentos adotados pelo Itamaraty, os líderes estaduais nordestinos assumiram uma postura mais pragmática nas investidas internacionais do Consórcio. As questões ambiental e climática são alguns dos aspectos que mais representaram essa disparidade entre as atuações do Governo Federal e do Consórcio Nordeste. Dessa forma, enquanto aquele negligenciava o avanço das queimadas e das invasões de terras indígenas, enfraquecia o Ministério do Meio Ambiente e adotava uma série de outras medidas que demonstravam o descaso com a meio ambiente, o Consórcio buscou soluções para contornar a crise ambiental. Em março de 2021, por exemplo, Wellington Dias (PT), governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste na ocasião, assinou portarias de instalação das câmaras que objetivam articular



pactos entre os estados consorciados e formular e apoiar a implementação de políticas públicas ambientais e outras áreas técnicas estabelecidas (Andrade & Costa, 2021).

Internacionalmente, ao passo em que o presidente Jair Bolsonaro começava uma crise ambiental com homônimos europeus, o tema passou a ser pauta do Consórcio Nordeste em um dos encontros em Paris. Àquele momento, Rui Costa, governador da Bahia e ex-Presidente do Consórcio, assinou uma carta de cooperação com a Secretaria de Estado da França no intuito de cooperar nas áreas de meio ambiente e cidade sustentável. O gesto fez parte da missão que os governadores nordestinos realizaram na Europa, até então a primeira incursão internacional do Consórcio (Consórcio Nordeste, 2019a).

Os governadores buscaram também promover a região para captar investimentos e estabelecer parcerias público-privadas, visando o desenvolvimento da infraestrutura regional de rodovias, energia e conectividade com a internet, além de fomentar o potencial turístico e as possibilidades de investimento nas áreas de saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento agrícola. A missão aconteceu entre 18 e 22 de novembro de 2019 com encontros entre governadores e autoridades da França, Itália e Alemanha (Consórcio Nordeste, 2019b). Não houve a concretização de acordos – o que realmente não parecia ser o objetivo da missão –, apenas sinalizações de intenções de investimentos e cooperação, mas a missão foi um gesto importante do Consórcio para promover a imagem do Nordeste como uma região segura e apta receber investimentos e disposta a cooperar internacionalmente.

Entretanto, foi com a pandemia que o choque entre o Consórcio Nordeste e o Governo Federal se tornou mais evidente. Isso ocorreu devido à falta de coordenação por parte do governo brasileiro e à sua postura negacionista. Assim, buscando minimizar os impactos socioeconômicos ocasionados pela crise da COVID-19 no país, o grupo instituiu o Comitê Científico do Consórcio Nordeste (C4NE) em março de 2020, composto por especialistas de distintos campos do conhecimento. O C4NE vinha cumprindo a função de assessorar os estados consorciados na adoção de medidas para a prevenção, o controle e a contenção de riscos à saúde pública, visando estruturar o sistema de saúde para o atendimento da população e evitar a disseminação da doença (Consórcio Nordeste, 2021<sup>a</sup>), embora a saída de Miguel Nicoletis, então coordenador até fevereiro de 2021, tenha se mostrado como um ponto de relativo enfraquecimento na continuidade dos trabalhos do órgão.



Mesmo com a saída de Nicolelis, o C4NE manteve o Projeto Mandacaru, uma plataforma de colaboração científica voluntária que, dentre outros objetivos, visava combater a desinformação e fazer projeções sobre o comportamento da pandemia de COVID-19, auxiliando os gestores em geral e os gestores estaduais e municipais do Nordeste (Consórcio Nordeste, 2021b). Além de fortalecer a capacidade técnica regional, o Consórcio Nordeste também buscou uma projeção política estadual e um maior diálogo federativo (Rossi & Silva, 2020). O aplicativo “Monitora Covid-19” pode ser encarado dessa forma, visto que se tratava de uma iniciativa do Consórcio para todo o país, tendo o objetivo de acompanhar o registro de pessoas infectadas pelo vírus e divulgar informações sobre formas de prevenção.

Seguindo esse mesmo viés, o Consórcio Nordeste buscou formalizar, em março de 2021, a compra de 37 milhões de doses da vacina russa Sputnik V. A informação foi confirmada pelo próprio presidente do Consórcio junto ao ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuelo, para que as vacinas integrassem o Plano Nacional de Imunização (PNI), que poderia ser distribuída a todos os estados (Ramos, 2021). Esse tipo de atuação ganhou ainda mais evidência diante do recorde de mortes e de contaminados pelo coronavírus, bem como do posicionamento de Bolsonaro que, desde o início da pandemia, vinha rejeitando as medidas de isolamento sociais e o uso de máscara, além de defender o uso da hidroxicloroquina para o tratamento da doença.

O Consórcio também se destacou na busca por boas relações com a China. Enquanto figuras centrais do governo brasileiro se dedicavam a difamar o país e dificultar qualquer tipo de cooperação visando o combate à pandemia, o Consórcio Nordeste agiu de maneira contrária e buscou o apoio dos chineses. Em carta enviada ao Embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, o Governador da Bahia e Presidente do Consórcio à época, Rui Costa, solicitou ajuda no envio de equipamentos médicos e outros insumos necessários no combate ao vírus e disse que possuía “[...] admiração pela forma como o povo chinês enfrentou a pandemia e pela imensa amizade que une nossos povos” (Correio, 2020: 01). O gesto foi uma tentativa de reparar os danos na relação criados pelo Governo Federal, o que foi bem recebido pelo Embaixador chinês, Yang Wanming, que respondeu à carta dizendo que se esforçariam para atender aos pedidos feitos.

A omissão federal em coordenar uma estratégia nacional de combate à pandemia, bem como a dificuldade de estabelecer parcerias internacionalmente fizeram com que os governadores agissem por conta própria para garantir que equipamentos essenciais não

faltassem nos estados. O Consórcio Nordeste chegou a fechar um contrato de importação de trezentos respiradores, o que no fim acabou não se concretizando por se tratar de uma fraude da empresa fornecedora (Aguiar, 2020).

O caso mais emblemático da atuação dos governadores nordestinos durante a pandemia foi a importação de respiradores feita pelo governador do Maranhão. Embora tenha sido realizada de maneira exclusiva pelo governo maranhense, a operação é simbólica da atuação internacional de entes subnacionais e, neste caso, de um membro do Consórcio. O Governador Flávio Dino declarou na ocasião que o Governo Federal deveria ter estimulado as indústrias nacionais a fabricarem os equipamentos, além de coordenar as compras, o que evitaria a corrida dos estados para adquirirem os respiradores (Aguiar, 2020).

O governo maranhense importou equipamentos hospitalares e desviou a rota da mercadoria para que passasse pela Etiópia, na região do chifre africano. A justificativa utilizada foi a de escapar do que Alvarenga et al. (2020: 17) chamaram de “[...] ’pirataria moderna’ causada pelos EUA e Alemanha”. Os governos estadunidense e alemão estavam confiscando todo tipo material médico para uso próprio no combate à pandemia nos seus territórios.

Mesmo com pouco tempo de criação e atuação, o Consórcio Nordeste foi conquistando relevância ao mostrar-se um ator político ativo. Contudo, essa diligência nas atividades também passou por processos desgastantes, a exemplo da já citada saída de Nicolelis do C4NE, do cancelamento da compra de alguns insumos no combate à pandemia ou até mesmo do ceticismo interno por parte de alguns governos estaduais. Por exemplo, em Sergipe alguns deputados declararam apoio à saída do Consórcio Nordeste em virtude do descumprimento de alguns objetivos propostos (Villacorte, 2020).

Porém, é possível afirmar com exemplos citados que a agenda da “Nova Política Externa Brasileira” se chocou diretamente com os interesses dos governadores envolvidos no consorciamento, impactando as atividades internacionais buscadas e implementadas. Ao menos três fatores devem ser destacados: a busca por diálogo com pares europeus em meio à degradação ambiental e à crise climática, os contornos realizados para apaziguar as relações com a China e o estímulo por recursos de enfrentamento à pandemia, os quais compeliram os estados a atuarem internacionalmente, seja na busca por equipamentos essenciais ou na negociação de vacinas, algo que não seria de extrema urgência caso o Governo Federal exercesse o papel de coordenação nacional.

## **5. Considerações Finais**

A literatura específica sobre paradiplomacia no Brasil ainda busca compreender os atuais desdobramentos da inserção internacional de municípios e estados face ao atual governo de Jair Bolsonaro. Em fóruns e debates da área são citados termos como “paradiplomacia de confronto” para fazer jus ao contexto aqui previamente retratado e analisado. Em recente diagnóstico, Marinana Barros (2021: 73) afirma que hoje em dia há “[...] uma espécie de atividade internacional dos Estados em que há claro embate com o governo federal”, conjuntura que a autora denomina de “paradiplomacia de resistência”. De maneira similar, a abordagem de Sousa e Rodrigues (2021: 39) ratifica o estudo aqui empreendido, pois, analisando o caso da relação entre o Governo Federal e a internacionalização estatal de São Paulo, mencionam que “[...] os governos subnacionais utilizam a paradiplomacia para exercer sua autonomia federativa em um cenário de crise humanitária, em que o conflito com a União se justifica na falta de coordenação federal para o combate à COVID-19.”.

Propusemos a utilização do termo “paradiplomacia anti-negacionista” não com o intuito de gerar um neologismo, até porque esse debate parece estar esgotado na área, mas sim demonstrar que as ações políticas, discursos adotados e narrativas estimuladas pelo Governo Federal na “Nova Política Externa Brasileira” enquadraram-se como diretrizes negacionistas em três vertentes principais: a não aceitação das mudanças climáticas, a repulsa ao multilateralismo e o descrédito à ciência no combate à pandemia.

O Consórcio Nordeste surgiu e desenvolveu suas primeiras atividades nesse contexto, sendo impossível esvencilha-los porque ainda em junho de 2019 Bolsonaro afirmou que os próprios governadores almejavam dividir e segmentar o país, o que acabou se tornando uma característica permanente do seu governo: a culpabilização constante dos governadores. Logo, embora a criação do consorciamento se remeta a tempos passados de maior diálogo entre os governadores e de busca pelo desenvolvimento nordestino, as diferenças políticas e de interesse mostraram-se como fundamentais nesse processo. O abandono das tradições diplomáticas brasileiras abriu espaço para uma atuação internacional dos entes subnacionais mais voltada a determinadas correções dos rumos da política externa e principalmente à busca por contornos ao desarranjo social provocado pela pandemia e a ausência de vacinação em tempo hábil.

Assim atestamos a hipótese de que o tom menos conciliador e progressivamente agressivo adicionado a uma agenda empregada à chamada “Nova Política Externa Brasileira” entre janeiro de 2019 e março de 2021 promoveram certos desequilíbrios federativos e desagradaram determinados interesses dos governos subnacionais. Foi nesse contexto que o Consórcio Nordeste se inseriu e empreendeu suas atividades iniciais buscando captação de recursos estrangeiros e cooperação internacional.

É importante dizer que o assunto não se esgota nessa análise. Essa conjuntura da paradiplomacia brasileira abre leques de pesquisa que possivelmente terão espaço analítico futuramente. Em primeiro lugar, estudos que relacionam os consorciamentos públicos, sejam eles municipais, estaduais ou mistos, com as relações internacionais ainda são escassos. Em segundo, a inserção internacional de governos subnacionais pode ser um objeto de estudo para uma literatura que cada vez mais defende a ideia da Política Externa se caracterizar enquanto Política Pública, aproximando a APE da APP. Por fim, mas não menos importante, o indicador político-partidário como variável de influência no modo em que governos subnacionais realizam suas excursões externas também vem sendo abordado na literatura da área e devem abranger tanto os municípios quanto os governos estaduais, algo que denota fortemente o vínculo observado entre os nove estados do Consórcio Nordeste. Os caminhos são múltiplos e só confirmam a atualidade e a permanência da temática nos estudos de Relações Internacionais.

## **Referencias**

ANDRADE, Marília; COSTA, Lorena. (2021) Consórcio Nordeste lança Câmaras Temáticas para desenvolvimento econômico e social da região. Governo do Estado do Piauí, Teresina, 4 mar. Disponível em: <<https://www.pi.gov.br/noticias/wellington-dias-lanca-camaras-tematicas-de-desenvolvimento-economico-e-social-no-nordeste/>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

AGÊNCIA BRASIL (2019). Estados Unidos designam Brasil como aliado extra-Otan. Agência Brasil, Brasília, 01 ago. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-08/estados-unidos-designam-oficialmente-brasil-como-aliado-extra-otan>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

AGÊNCIA BRASIL. (2018). Brasil retira candidatura para sediar a COP-25 em 2019. Agência Brasil, Brasília, 28 nov. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/brasil-retira-candidatura-para-sediar-cop-25-em-2019>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

AGUIAR, Rodrigo. (2020). Consórcio Nordeste foi vítima em fraude na compra de respiradores, diz governador do Maranhão. A Tarde, 26 jun. Disponível em:

**Junqueira, Araujo & Silva. A “Nova Política Externa Brasileira” e a busca por uma Paradiplomacia Anti-Negacionista**

<<https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/2131215-consorcio-nordeste-foi-vitima-em-fraude-na-compra-de-respiradores-diz-governador-do-maranhao>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

ALVARENGA, Alexandre et al. (2021). Desafios do Estado brasileiro frente à pandemia de COVID-19: o caso da paradiplomacia maranhense. *Cad. Saúde Pública*, 36 (12): 01-15.

AMADO, Guilherme. (2021). Ernesto Araújo não queria que Brasil assinasse Covax Facility; Embaixadora interveio. *Revista Época*, 25 mar. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/ernesto-araujo-nao-queria-que-brasil-assinasse-covax-facility-embaixadora-interveio-24941382>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

ARAÚJO, Ernesto. (2020). *A Nova Política Externa Brasileira. Seleção de Discursos, Artigos e Entrevistas do Ministro das Relações Exteriores*. Brasília: FUNAG.

ARAÚJO, Ernesto. (2019). Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores – Brasília, 02 jan.

ARAÚJO, Ernesto. (2021a). *Política Externa: Soberania Democracia e Liberdade: coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores - 2020*. Brasília: FUNAG/

ARAÚJO, Ernesto. (2021b). Um Itamaraty pela liberdade e grandeza do Brasil: balanço de gestão. *Metapolítica 17 – Contra o Globalismo*, 10 abr. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/um-itamaraty-pela-liberdade-e-grandeza-do-brasil-balan%C3%A7o-de-gest%C3%A3o> Acesso em: 08 out. 2021.

BARROS, Marinana. (2021). Constâncias nos dissensos: o quadro normativo brasileiro e a emergência da “paradiplomacia de resistência”. *Monções*, v. 10, n. 19: 70-104.

BENITES, Afonso. (2020). Esforço de Eduardo Bolsonaro para demonizar China copia Trump e ameaça elo estratégico do Brasil. *El País*, 19 mar. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-19/esforco-de-eduardo-bolsonaro-para-demonizar-china-copia-trump-e-ameaca-elo-estrategico-do-brasil.html>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BOLSONARO, Jair. (2018). *O Caminho da Prosperidade. Proposta de Plano de Governo*.

BUENO, Ironildes. (2010). *Paradiplomacia contemporânea: trajetórias e tendências da atuação internacional dos governos estaduais do Brasil e EUA*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

CERVO, Amado. (2008). *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva.

CHADE, Jamil. (2019). Brasil veta termo “gênero” em resoluções da ONU e cria mal-estar. *UOL Notícias*, São Paulo, 27 jun. Disponível em:

<<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

CLEMENTINO, Maria. (2019). A atualidade e o ineditismo do Consórcio Nordeste. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, n. 21, jul-dez: 165-174.

COBRA, Amanda. (2018). República Popular da China critica Bolsonaro por sua visita a Taiwan. *Poder 360*, Brasília, 09 mar. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/republica-popular-da-china-critica-bolsonaro-por-sua-visita-a-taiwan/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CONSÓRCIO NORDESTE. (2021a). Ações de combate à pandemia. Salvador, 19 mar. Disponível em: <<http://www.consorcionordeste-ne.com.br/compras-conjuntas-combate-a-pandemia/>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

CONSÓRCIO NORDESTE. (2021b). Projeto Mandacaru. Disponível em: <<https://www.comitecientifico-ne.com.br/mandacaru>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

CONSÓRCIO NORDESTE. (2019a). Primeira missão internacional do Consórcio Nordeste é discutida no Itamaraty. Disponível em: <<http://www.consorcionordeste-ne.com.br/primeira-missao-internacional-do-consorcio-do-nordeste-e-discutida-no-itamaraty/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

CONSÓRCIO NORDESTE. (2019b). Oportunidades de negócios no Nordeste são apresentadas a empresários italianos. Disponível em: <<http://www.consorcionordeste-ne.com.br/oportunidades-de-negocios-no-nordeste-sao-apresentadas-a-empresarios-italianos/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

CORREIO. (2020). Governador pede ajuda a China para controlar pandemia de coronavírus na Bahia. *Correio 24Horas*, 20 mar. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/governador-pede-ajuda-a-china-para-controlar-pandemia-de-coronavirus-na-bahia/>>. Acesso em: 28 out. 2021.

CORREIO BRAZILIENSE (2019). Chanceler nega aquecimento global: “Fui a Roma em maio e havia frio”. *Correio Braziliense*, 03 ago. Disponível em: <[https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/03/interna\\_politica\\_775332/chanceler-nega-aquecimento-global-fui-a-roma-em-maio-e-havia-frio.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/03/interna_politica_775332/chanceler-nega-aquecimento-global-fui-a-roma-em-maio-e-havia-frio.shtml)>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DESIDERI, Leonardo. (2020). Brasil, Hungria, Polônia e EUA se unem por agenda conservadora internacional. *Gazeta do Povo*, 01 mar. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/brasil-hungria-polonia-eua-agenda-conservadora/>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DW. (2021a). Índia diz que Brasil se precipitou ao enviar avião por vacina. *Deutsche Welle*, 15 jan. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3nxRs>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

DW. (2021b). Sem apoio do Brasil, proposta para suspender patente de vacinas trava na



**Junqueira, Araujo & Silva. A “Nova Política Externa Brasileira” e a busca por uma Paradiplomacia Anti-Negacionista**

OMC. Deutsche Welle, 12 mar. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3qZj7>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

FERREIRA, Marcos Alan. (2020). Análise de política externa em perspectiva: atores, instituições e novos temas. João Pessoa: Editora UFPB.

FIGUEIREDO, Patrícia. (2019). Fim do Fundo Amazônia pode afetar fiscalização do Ibama contra o desmatamento. G1, 16 ago. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/16/fim-do-fundo-amazonia-pode-afetar-fiscalizacao-do-ibama-contra-o-desmatamento.ghtml>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

FÓRUM DE GOVERNADORES DO NORDESTE. (2019). Carta dos Governadores do Nordeste, 14 mar.

FRÓES, Rafaelle; CARDOSO, Rafael; BARBOSA, Alex. (2019). Governadores do Nordeste assinam no Maranhão documento que cria consórcio entre estados. G1, 14 mar. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/03/14/governadores-do-nordeste-assinam-no-maranhao-documento-que-cria-consorcio-entre-estados.ghtml>>. Acesso em: 24 out. 2020.

FRÓIO, Liliana. (2015). Paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação internacional dos estados brasileiros. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FRONZAGLIA, Maurício et al. (2006). Redes de ciudades. Barcelona: Observatório de Cooperación Descentralizada de la Unión Europea de la America Latina.

G1. (2019). Para Angela Merkel, incêndios na Amazônia devem ser debatidos no G7. G1, 23 ago. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/23/para-angela-merkel-incendios-na-amazonia-devem-ser-debatidos-no-g7.ghtml>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

G1. (2020). Weintraub publica insinuações contra a China, depois apaga; embaixada cobra retratação. G1, 06 abr. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/06/weintraub-publica-post-com-insinuacoes-contra-a-china-depois-apaga-embaixada-repudia.ghtml>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

GOMES FILHO, Francisco. (2011). A paradiplomacia subnacional no Brasil: uma análise da política de atuação internacional dos Governos estaduais fronteiriços da Amazônia. Tese (Doutorado - Programa de Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, Universidade de Brasília/UFRR/FLACSO, Brasília.

GONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, Tatiana. (2020). Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. Sul Global, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, maio/ago: 192-211.



**Junqueira, Araujo & Silva. *A “Nova Política Externa Brasileira” e a busca por uma Paradiplomacia Anti-Negacionista***

KUZNETSOV Alexander. (2015). *Theory and Practise of Paradiplomacy: Subnational Governments in International Affairs*. NY: Routledge.

LIMA, Maria Regina Soares; ALBUQUERQUE, Marianna. (2019). O estilo Bolsonaro de governar e a política externa. *Boletim OPSA*, n. 1, jan-mar: 15-21.

MAZUI, Guilherme. (2019). Bolsonaro libera turistas de EUA, Austrália, Canadá e Japão a entrar no Brasil sem visto. *G1*, 18 mar. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/18/bolsonaro-libera-cidadaos-de-eua-australia-canada-e-japao-de-visto-de-visita-ao-brasil.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2021.

MERCHER, Leonardo; PEREIRA, Alexsandro Eugenio. (2018). Paradiplomacia como Política Externa e Política Pública: modelo de análise aplicado ao caso da cidade do Rio de Janeiro. *Carta Internacional*, v. 13, n. 2: 195-222.

ODDONE, Nahuel. (2016). La paradiplomacia desde cinco perspectivas: reflexiones teóricas para la construcción de una comunidad epistémica en América Latina. *Revista Relaciones Internacionales*, n. 89.2, jul/dec, Universidad Nacional, Costa Rica: 47-81.

O GLOBO. (2019). EUA não endossam proposta do Brasil na OCDE após apoiá-la publicamente. *O Globo*, 10 out. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/eua-nao-endossam-proposta-do-brasil-na-ocde-apos-apoia-la-publicamente-24008528>. Acesso em: 22 mar. 2021.

PINHEIRO, Letícia. (2004). *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.

PRADO, Débora. (2018). A atuação internacional dos governos subnacionais: construções conceituais, limites e contribuições para o caso brasileiro. *Carta Internacional*, v. 13, n. 3: 137-168.

RAMOS, Raphaela. (2021). Consórcio Nordeste acertou 'compra firme' de 37 milhões de doses da Sputnik V, diz governador do Piauí. *O Globo*, 12 mar. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/vacina/consorcio-nordeste-acertou-compra-firme-de-37-milhoes-de-doses-da-sputnik-diz-governador-do-piaui-24922530>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ROSSI, Rinaldo; SILVA, Simone. (2020). O Consórcio do Nordeste e o federalismo brasileiro em tempos de COVID-19. *Espaço e Economia*, ano IX, n. 18. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/13776>. Acesso em 12 jun. 2020.

SCHNEIDER, Evan. (2019). Assembleia Geral volta a pedir fim do embargo dos EUA a Cuba: Brasil, EUA e Israel votam contra. *ONU News*, 07 nov. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693801>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SOLDATOS, Panayotis. (1990). An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. *Federalism and international relations: the role of subnational units*. New York: Oxford University Press.

**Junqueira, Araujo & Silva. *A “Nova Política Externa Brasileira” e a busca por uma Paradiplomacia Anti-Negacionista***

SOUSA, Ana Tereza; RODRIGUES, Gilberto. (2021). Conflitos entre governos subnacionais e o governo federal durante a pandemia de COVID-19: o Estado de São Paulo e o caso da vacina CoronaVac. *Monções*, v. 10, n. 19: 36-69.

SOUZA FILHO, Osvaldo. (2020). As tarefas da política externa na ordem constitucional brasileira: política pública com objetivos permanentes e atualizados. *RPPI*, v. 5, n. 2: 34-59.

TEIXEIRA, Tatiana. (2019). Bolsonaro cede a Trump sem reciprocidade e com contrapartida mínima. *OPEU*, 23 mar. Disponível em: <<https://www.opecu.org.br/2019/03/23/bolsonaro-cede-a-trump-sem-reciprocidade-e-com-contrapartida-minima/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. (2019). Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. *Meridiano 47*, 20: 01-16.

VILELA, Pedro. (2021). Empresas dos EUA e do Canadá vão atuar no Centro Espacial de Alcântara. *Agência Brasil*. 28 abr. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/empresas-dos-eua-e-do-canada-va-atuar-no-centro-espacial-de-alcantara>. Acesso em: 19 out. 2021.

VILLACORTE, Habacuque. (2020). Deputados propõem a saída de Sergipe do Consórcio Nordeste. *Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe*, 02 jun. Disponível em: <https://al.se.leg.br/deputados-propoem-a-saida-de-sergipedo-consorcio-nordeste/>. Acesso em 24 fev. 2021.